

ESTATÍSTICAS AMBIENTAIS

A NECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DE UM MODELO

JORGE PALADINO CORRÊA DE LIMA
PhD, Prof Adjunto, DSIFUFRRJ
LUIZ GÔES FILHO
Esp., Eng. Florestal, IBGE

A partir da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, expandiu-se entre os países, a preocupação com os efeitos da poluição e a degradação ambiental, surgindo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Esta preocupação veio acompanhada da necessidade da convergência dos interesses econômicos e ecológicos, antes dissociados, visando o alcance do desenvolvimento socioeconômico com a manutenção da qualidade ambiental e a melhoria das condições de vida da população.

No Brasil, a variabilidade das condições físico-biológicas e climáticas do espaço territorial permitiu que esse espaço fosse ocupado por diferentes tipos de uso da terra, que, aliado a fatores de natureza socioeconômica e a investimentos dos setores públicos e privados, ocasionaram marcantes alterações no ambiente.

Estas alterações podem ser observadas em todos os espaços geográficos brasileiros, guardando cada uma delas a sua especificidade quanto a intensidade, seus reflexos no ambiente e nas condições de vida

e bem-estar da população.

Hoje, essas alterações com o avanço tecnológico podem ser detectadas com rapidez e precisão, através das técnicas de monitoramento, tendo-se uma visão ampla desses problemas, permitindo uma ação imediata, preventiva e corretiva, dos poderes públicos e privados. Entretanto, essas ações são possíveis porque o país possui, em escala regional, o mapeamento e a descrição de seus recursos naturais efetuados pelo Projeto RADAMBRASIL, no período de 1972 a 1982.

Este Projeto, em curto espaço de tempo, estudou os recursos naturais com três indicativos: localização, extensão, qualificação e quantificação, criando, desta forma, a base para o estabelecimento de políticas que permitissem o efetivo gerenciamento do ambiente.

Logicamente, os dados e informações obtidos pelo Projeto RADAMBRASIL e aqueles coletados por diferentes instituições à níveis federal e estadual não são suficientes para o ordenamento e gerenciamento do território nacional. É necessário sim que o país possua, como instrumento de planejamento, uma base única com dados e informações

ambientais atualizados, organizados e sistematizados, possibilitando assim utilizá-los para definir políticas de ocupação dos espaços naturais ou para recuperação de área degradadas.

Para tanto, faz-se premente o desenvolvimento e a implantação de um sistema de estatísticas ambientais. A implantação de um sistema propiciará a organização e estruturação de dados e informações, no que se refere a espacialidade, territorialidade e extensionalidade dos recursos naturais, capaz de descrever e explicar organização social do território nacional.

Desta forma, o que pretendemos é, pela gama expressiva de dados existentes e disponíveis em várias instituições, propor uma maneira de organizá-los e tratá-los, objetivando a implantação de um sistema de estatística ambiental, como instrumento de planejamento de uso do nosso espaço geográfico e, logicamente, como elemento que vise a subsidiar políticas que relacionem qualidade ambiental e condições de vida da população.

Como resultado imediato, teremos de forma operacional a noção de qualidade de vida, hoje ainda difundida como slogan. Operar esta noção na gestão ambiental implica fazer dela um instrumento de medição integrado às contas públicas e privadas, o que, por sua vez, carece de um debate nos campos científicos encarregados de elaborar os termos desta medição (Bitoun, 1994).

Segundo Lutz e Munasinghe (1991), medir os efeitos da interação de meio ambiente e desenvolvimento lembra a charada: se uma

árvore cai na floresta e ninguém a escuta cair, faz barulho? Cada vez mais os economistas vêm tentando incluir não só árvores caídas, mas também outros recursos naturais, em seus cálculos de produtos e rendas nacionais. Isso porque os sistemas atuais de contabilidade nacional não captam adequadamente o valor dos recursos naturais, fazendo com que as estratégias desenvolvimentistas que se apoiam nas técnicas contábeis normalmente usadas nem sempre resultem em desenvolvimento sustentável.

As contas nacionais convencionais não registram a depreciação do capital natural e medem mal as mudanças nas condições ambientais e dos recursos que geram indicadores limitados de bem-estar nacional.

Portanto, a necessidade de formulação de um modelo para estatísticas ambientais é o principal instrumento para introduzir a variável ambiental no sistema de contas nacionais.

Este é o sistema que estamos tentando equacionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITOUN, Jan. 1994. Geopolítica do Ambiente Urbano. Depto de Ciências Geográficas/UFRPE Recife. In: Anais do Terceiro Simpósio Nacional de Geografia Urbana. p 7075. PE.
- LUTZ, Ernst; MUNASINGHE, Mohan. 1991. CONTABILIZANDO O MEIO AMBIENTE. In: Finanças & Desenvolvimento, Março. SP.